
Instituto da Oportunidade Social

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Instituto da Oportunidade Social

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto da Oportunidade Social ("IOS" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

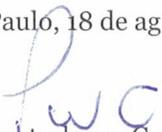
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

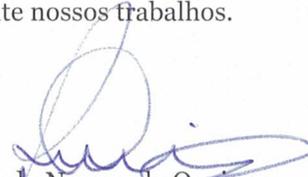
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2 "S" SP

Instituto da Oportunidade Social - IOS

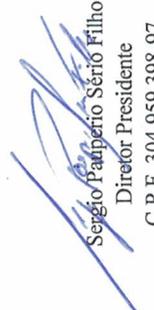
C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em Reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	469.967,52	227.383,67	Contas a pagar	10	175.411,20	145.350,45
Caixa e equivalentes de caixa projetos	4	2.001.144,29	805.981,00	Obrigações trabalhistas	11	628.623,15	576.532,28
Depósitos restritos vinculados a projetos	5	-	1.340.131,89	Obrigações tributárias	12	18.541,65	24.430,59
Convênios a receber	6	1.467.840,33	-	Projetos a executar	12	2.937.478,14	2.096.832,45
Adiantamentos	7	146.388,36	123.713,77			3.760.054,14	2.843.145,77
Despesas antecipadas		108.813,46	86.731,12				
Outras contas a receber		6.842,00	8.661,83				
		4.200.995,96	2.592.603,28				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	8	1.249.494,19	1.057.771,07	Projetos a executar	12	329.198,28	-
Intangível	9	166.003,53	191.129,69				
		1.415.497,72	1.248.900,76				
				Patrimônio líquido	15		
				Patrimônio social		998.358,27	1.077.912,94
				Superávit (déficit) do exercício		528.882,99	(79.554,67)
						1.527.241,26	998.358,27
Total do ativo		5.616.493,68	3.841.504,04	Total do passivo e patrimônio líquido		5.616.493,68	3.841.504,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sérgio Pauperio Sérgio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Flavia Roberta Mendes
CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Nota	2016	2015
Receitas das atividades de Assistência Social			
Receitas de convênios e parcerias públicas	16	1.842.459,21	420.520,93
Receitas de convênios e parcerias privadas	17	1.307.982,34	-
		<u>3.150.441,55</u>	<u>420.520,93</u>
Despesas das atividades de Assistência Social			
Despesas com pessoal	18	(3.935.395,13)	(5.165.949,69)
Despesas administrativas e gerais	19	(1.855.973,97)	(2.132.091,99)
Despesas fiscais, tributárias e previdenciárias		(2.340,88)	(5.731,03)
Despesas com serviços voluntários	20	(93.583,21)	(26.140,89)
Despesas com programas e projetos conveniados	21	(2.896.563,47)	(360.115,46)
		<u>(8.783.856,66)</u>	<u>(7.690.029,06)</u>
Déficit das atividades de Assistência Social		(5.633.415,11)	(7.269.508,13)
Receitas de atividades Institucionais e de Captação			
Receitas de prestação de serviços	22	345.287,00	344.256,71
Receitas de doações e contribuições	23	5.614.512,20	6.717.853,85
Recuperação de despesas		49.157,77	14.120,95
Receitas com serviços voluntários	20	93.583,21	26.140,89
		<u>6.102.540,18</u>	<u>7.102.372,40</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		70.100,10	93.158,75
Despesas financeiras		(10.342,18)	(5.577,69)
		<u>59.757,92</u>	<u>87.581,06</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>528.882,99</u>	<u>(79.554,67)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações f


Sergio Pauperio Sérgio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Flavia Roberta Mendes
CRC ISP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em Reais

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2014	432.860,78	645.052,16	1.077.912,94
Incorporação do superávit ao patrimônio social	645.052,16	(645.052,16)	-
Déficit do exercício 2015		(79.554,67)	(79.554,67)
Saldo em 31/12/2015	1.077.912,94	(79.554,67)	998.358,27
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(79.554,67)	79.554,67	-
Superávit do exercício 2016		528.882,99	528.882,99
Saldo em 31/12/2016	998.358,27	528.882,99	1.527.241,26

A As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sergio Pauperio Serio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Flavia Roberta Mendes
CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

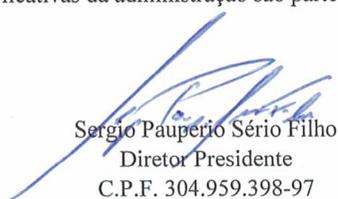
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	528.882,99	(79.554,67)
Ajustes por :		
Depreciação e amortização	344.593,97	303.122,26
Reversão de depreciação e amortização - outros ajustes	(43.651,05)	-
Resultado líquido ajustado	<u>829.825,91</u>	<u>223.567,59</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Em depósitos restritos vinculados a projetos	1.340.131,89	(1.340.131,89)
Em convênios a receber	(1.467.840,33)	-
Em adiantamentos	(22.674,59)	(30.149,01)
Em despesas antecipadas	(22.082,34)	(263,99)
Em outras contas a receber	1.819,83	(6.577,58)
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas a pagar	30.060,75	(43.487,81)
Em obrigações trabalhistas	52.090,87	67.241,72
Em obrigações tributárias	(5.888,94)	6.843,91
Em projetos a executar	1.169.843,97	2.091.088,27
	<u>1.075.461,11</u>	<u>744.563,62</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u><u>1.905.287,02</u></u>	<u><u>968.131,21</u></u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado / intangível	(467.539,88)	(464.068,46)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(467.539,88)</u>	<u>(464.068,46)</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.437.747,14</u></u>	<u><u>504.062,75</u></u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	2.471.111,81	1.033.364,67
No início do exercício	1.033.364,67	529.301,92
Variação do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.437.747,14</u></u>	<u><u>504.062,75</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Sérgio Pauperio Sérgio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97


Flavia Roberta Mendes
CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

1 Objetivos sociais

Instituto da Oportunidade Social, também designado pelas siglas “IOS” ou por “*Instituto*”, constituído em 03 de fevereiro de 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de São Paulo, estado de São Paulo, cujo funcionamento é regido pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

O Instituto tem por objetivo o atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social de forma permanente, planejada e contínua para educação, saúde, recreação e trabalho.

Para atendimento de suas finalidades, de acordo com suas especialidades e possibilidades, o Instituto envida esforços visando:

- a) Prover gratuitamente a educação, por meio de programas de treinamento em informática, internet, hardware e noções de cidadania, a fim de capacitar jovens para o mercado de trabalho;
- b) Promover estudos que possibilitem a melhoria das qualidades de saúde e educação da população carente, através de projetos comunitários em geral, em conjunto com estabelecimentos privados ou oficiais;
- c) Patrocinar estudos que objetivem a qualificação do trabalho educacional do menor carente, bem como que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento de cursos profissionalizantes na área de informática;
- d) Atuar como intermediários na obtenção de recursos técnicos e materiais destinados às entidades que atuam no atendimento ao menor carente, bem como o apoio a instituições de ensino de primeiro e segundo graus;
- e) Patrocinar estudos e pesquisas que objetivem o desenvolvimento de estudos científicos ligados às atividades de informática, telecomunicações e projetos comunitários em geral;
- f) Atuar em todas as áreas nas quais possa contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- g) Firmar convênios com entidades nacionais e internacionais que tenham por objetivos estimular a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- h) Prestar serviços, com ou sem prestação pecuniária, em qualquer atividade de apoio a projetos comunitários em geral, em especial no desenvolvimento das atividades de organização formadora de que trata a Lei de Aprendizagem;
- i) Desenvolver Programa sócio-educativo-profissional em articulação com o ensino regular e criar espaços para os educandos identificarem, interiorizarem e vivenciarem os valores positivos inculcando-lhes a autoestima, o espírito de solidariedade complementando a ação educativa do lar, da escola e do trabalho e abrindo a perspectiva de entrar no mundo do trabalho com experiência adquirida para o exercício da cidadania, podendo ainda, desde que atendidas às exigências legais ministrar estágios, cursos regulares de nível fundamental, médio e superior;

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

- j) Valorizar a família como elo importante do processo de promoção de educação básica atuando no sentido de orientá-la e apoiá-la, procurando sua reorganização e seu ajustamento, sempre que necessário;
- k) Envidar esforços para que a comunidade, as organizações governamentais e não governamentais, o empresariado, órgãos de administração pública conheçam, sintam a importância e participem desse trabalho de formação e ascensão pessoal e social do cidadão do presente;
- l) Realizar e promover a produção, a edição, a impressão e/ou a divulgação de livros, revistas, folhetos, e de qualquer outro tipo de publicação, ou ainda elaboração de documentários em vídeo e o desenvolvimento de programas eletrônicos de qualquer espécie, desde que estes estejam relacionados aos objetivos sociais;
- m) Promover, patrocinar, organizar e realizar programas educativos, seminários, cursos, workshops, convenções, conferências ou quaisquer outros eventos relacionados aos objetivos sociais do IOS;
- n) Comercializar produtos institucionais, próprios ou de terceiros, tais como calendários, livros, apostilas, botons, canetas, entre outros produtos promocionais, visando divulgar os objetivos sociais do IOS.

O Instituto foi qualificado como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme despacho da Secretária Nacional de Justiça (Processo n.º 08001.009536/2004-24).

O Instituto encontra-se registrado no:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – São Paulo), sob o n.º 1564/CMDCA/2010, com validade até julho de 2019;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Belo Horizonte), sob o n.º 0352/01, com validade até setembro de 2017;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Joinville), sob o n.º 062, com validade até novembro de 2019;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA – Rio de Janeiro), sob o n.º 042/2013, com validade até dezembro de 2017;
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), sob o n.º 1661/2011;
- Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), sob o n.º 2012-0.173.818-7, com validade até 02 de junho de 2017;
- Possui o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE SP) n.º 0853/2012;
- Possui o Certificado Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

2 Atividades Benéficas de Assistência Social

O Instituto protocolou requerimento de Certificação de Entidade Benéfica de Assistência Social, em 13 de abril de 2015, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme Protocolo nº 71000.052268/2015-60, o qual encontra-se em análise.

O Instituto oferece gratuitamente cursos nas áreas de administração e tecnologia da informação, que têm como principais características o ensino da teoria e prática de softwares de gestão empresarial com a inclusão de regras de negócio e conteúdos relacionados à cidadania, empregabilidade e comportamento, além do reforço escolar nas disciplinas de português e matemática.

Em 2016, os cursos oferecidos foram:

- Gestão Empresarial com ERP (presencial e semipresencial)
- Administração de Materiais
- Gestão Financeira
- Programação AdvPL
- Reabilitando do INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social)

O Instituto oferece programas de capacitação customizada para pessoas com deficiência ou para o público jovem (programas de estágio, aprendizagem profissional, entre outros), que são desenvolvidos sob medida para cada empresa e oferecem soluções que facilitam o cumprimento da Lei de Cotas para pessoas com deficiência e Lei da Aprendizagem.

A Empregabilidade é uma das áreas mais importantes do Instituto. Suas ações consistem em apoiar o aluno na busca pelo primeiro emprego formal (ou recolocação no mercado de trabalho) e ainda monitorar o seu caminho pós-contratação. Para realizar essa tarefa, o Instituto oferece uma ampla gama de conhecimentos focados no mercado e preparação técnica e comportamental dos alunos para a conquista do primeiro emprego.

Aprendizagem:

Em parceria com as empresas que desejam contratar jovens na condição de aprendizes e com o Ministério do Trabalho e Emprego – em atendimento à Lei da Aprendizagem –, o IOS oferece cursos customizados para os jovens que precisam cursar uma capacitação simultânea à atividade prática de trabalho. Para a empresa que contrata o aprendiz, o Instituto se dedica ainda à solução de quaisquer dúvidas decorrentes das obrigações legais.

Responsabilidade social:

O IOS desenvolve Programas de Responsabilidade Social e de Investimento Social Privado direcionado às empresas e organizações que têm interesse em apoiar o Instituto. Os principais programas deste pilar são:

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

- **Programa de Voluntariado Corporativo** que inclui mentoria, minicursos, *workshops* e palestras.
- **Patrocínio e apoio** de turmas, unidades, cursos diferenciados, infraestrutura material, eventos e projetos customizados.
- **Empregabilidade e Aprendizagem** que incluem a contratação de jovens aprovados da capacitação profissional gratuita e na aprendizagem.

Nos exercícios de 2016 e 2015 o IOS realizou os seguintes atendimentos:

<i>Programa</i>	<i>Local</i>	<i>Beneficiários</i>	
		<i>2016</i>	<i>2015</i>
Capacitação Profissional	São Paulo	1.663	1.397
Capacitação Profissional	Filiais	923	598
IOS Aprendiz – incluindo pessoas com deficiência	São Paulo	178	157
IOS Aprendiz – incluindo pessoas com deficiência	Filiais	77	73
Capacitação e Inclusão de Pessoa com Deficiência	São Paulo	48	60
Capacitação e Inclusão de Pessoa com Deficiência	Filiais	114	32
Total		3.003	2.317

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidade Sem Finalidade de Lucros”, e posteriores alterações, combinada com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC P ME (R1), requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A aprovação das demonstrações financeiras foi autorizada pela Assembléia Geral em 18 de agosto de 2017.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

O Instituto não possui operações em moeda estrangeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes apropriados até a data do balanço.

3.4 Instrumentos financeiros

O Instituto classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

3.5 Apuração do resultado do período

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio de competência.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas decorrentes de doações com encargos, convênios, parcerias públicas e patrocínios de projetos de leis de incentivo fiscal, recebidas na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento das atividades do projeto. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.6 Convênios a receber

Decorrente de parceria firmada com a instituição JPMorgan Chase Foundation. A contrapartida encontra-se no passivo circulante, na rubrica Projetos a Executar.

3.7 Adiantamentos

Referem-se a antecipações de férias de funcionários e adiantamentos efetuados a fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá no momento em que ocorrer o seu fato gerador.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

3.8 Despesas antecipadas

Referem-se à aquisição antecipada de benefícios (assistência médica, vale transporte e vale alimentação) a serem distribuídos aos colaboradores, bem como pagamento de prêmios de seguros que são apropriados ao resultado linearmente conforme prazo de vigência das apólices.

3.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, formação, construção ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	25
Instalações	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

O ativo intangível é composto basicamente por programas de computador (*software*). As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

3.11 Redução ao valor recuperável

Os ativos não financeiros, exceto os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

Em 2016 e 2015, a Administração do Instituto não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

3.12 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado tendo como referência o método de taxa de juros efetiva.

3.13 Patrimônio líquido

Acumula o patrimônio inicial, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Recursos sem restrição		
Caixa	3.554,78	3.298,45
Bancos conta movimento	2.174,49	5.477,27
Bancos conta poupança	-	4.484,43
Aplicações financeiras	<u>464.238,25</u>	<u>214.123,52</u>
	<u>469.967,52</u>	<u>227.383,67</u>
Recursos vinculados		
Bancos conta movimento	449.365,59	220.235,81
Bancos conta poupança	251.731,12	18.200,33
Aplicações financeiras	<u>1.300.047,58</u>	<u>567.544,86</u>
	<u>2.001.144,29</u>	<u>805.981,00</u>

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

O Instituto mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remunerados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário CDI e Fundos de Investimentos em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI, e estão sendo demonstradas em equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e pelo fato da administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a sua necessidade de caixa.

5 Depósitos restritos vinculados a projetos

O saldo de R\$ 1.340.131,89, em 31 de dezembro de 2015, refere-se a recursos bloqueados recebidos de programas de leis de incentivo fiscal, por meio do PRONAS - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). Em 2016 o Instituto obteve a liberação do recurso, para a aplicação no referido projeto. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016 está classificado na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa – Recursos Vinculados.

6 Convênios a receber

Refere-se a parceria firmada com a JPMorgan Chase Foundation para o desenvolvimento do projeto Talentos do Futuro IOS.

7 Adiantamentos

	2016	2015
Adiantamentos de férias	130.824,16	107.880,44
Adiantamentos a fornecedores	<u>15.564,20</u>	<u>15.833,33</u>
	<u>146.388,36</u>	<u>123.713,77</u>

8 Imobilizado

As movimentações do imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são apresentadas a seguir:

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Movimentação do Imobilizado 2016			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	(-) Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	226.017,73	-	(10.689,44)	215.328,29
Instalações	12.001,37	-	(1.656,88)	10.344,49
Máquinas e equipamentos	109.229,56	101.927,12	(16.951,04)	194.205,64
Móveis e utensílios	87.824,60	19.081,97	(10.268,55)	96.638,02
Veículos	39.488,24	-	(10.770,08)	28.718,16
Equipamentos de informática	583.209,57	284.448,71	(163.398,69)	704.259,59
	1.057.771,07	405.457,80	(213.734,68)	1.249.494,19

	Movimentação do Imobilizado 2015			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	(-) Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	193.423,06	42.195,61	(9.600,94)	226.017,73
Instalações	10.744,28	2.993,10	(1.736,01)	12.001,37
Máquinas e equipamentos	39.586,24	78.477,12	(8.833,80)	109.229,56
Móveis e utensílios	33.795,71	62.557,32	(8.528,43)	87.824,60
Veículos	50.257,76	-	(10.769,52)	39.488,24
Equipamentos de informática	500.465,14	265.229,20	(182.484,77)	583.209,57
	828.272,19	451.452,35	(221.953,47)	1.057.771,07

Resumo do ativo imobilizado:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Em 31 de dezembro de 2016	2.003.426,97	(753.932,78)	1.249.494,19
Em 31 de dezembro de 2015	1.597.969,17	(540.198,10)	1.057.771,07

9 Intangível

As movimentações do intangível em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

	Movimentação do Intangível 2016			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2016
Cessão de uso de software	191.129,69	62.082,08	(87.208,24)	166.003,53

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Movimentação do Intangível 2015			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2015
Cessão de uso de software	259.682,37	12.616,11	(81.168,79)	191.129,69

Resumo do ativo intangível:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Em 31 de dezembro de 2016	475.724,41	(309.720,88)	166.003,53
Em 31 de dezembro de 2015	413.642,33	(222.512,64)	191.129,69

10 Contas a pagar

	2016	2015
Fornecedores de serviços	134.821,17	122.608,65
Fornecedores de materiais	22.730,15	11.992,70
Credores diversos	17.859,88	10.749,10
	<u>175.411,20</u>	<u>145.350,45</u>

11 Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Salários a pagar	70.930,39	54.227,51
Provisão de férias e encargos	339.869,80	349.096,98
Impostos e contribuições trabalhistas a recolher	213.889,66	169.398,42
Outras obrigações com funcionários	3.933,30	3.809,37
	<u>628.623,15</u>	<u>576.532,28</u>

12 Projetos a executar

Circulante	2016	2015
JPMorgan Chase Foundation (a)	1.107.362,38	-
PRONAS - Visão Profissional 2016 (b)	729.509,64	821.514,92
CONDECA Projeto 1400 TS (c)	428.640,06	-
PRONAS - Inclusão Produtiva 2016 (d)	370.626,82	518.616,97

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

CONDECA Capacitação Profissional (e)	172.352,87	-
FUMCAD TC 119/2016 TS (f)	78.867,07	-
FUMCAD TC 88/2015 (g)	22.762,56	13.985,76
PRONAC - IOS 18 anos 2016 (h)	20.000,00	20.000,00
CONDECA Estudo Etnográfico (i)	7.356,74	-
HSBC – Doação com encargos (j)	-	704.120,00
FID (k)	-	13.750,22
FUMCAD TC 53/2015 (l)	-	4.844,54
FUMCAD TC 93/2015 (m)	-	0,04
	<u>2.937.478,14</u>	<u>2.096.832,45</u>
Não Circulante		
JPMorgan Chase Foundation (a)	<u>329.198,28</u>	-

Valores recebidos antecipadamente para execução de projetos de assistência social. Os saldos estão depositados em contas correntes específicas, na rubrica caixa e equivalentes projetos e depósitos restritos vinculados a projetos.

- (a) O investimento social privado doado pela JPMorgan Chase Foundation, direcionado para o Projeto Talentos do Futuro, promoverá a capacitação profissional de aproximadamente 260 jovens de menor renda, estudantes ou concluintes do ensino médio, com formação para Tecnologia da Informação. O projeto tem duração de 18 meses e os saldos estão apresentados em curto e longo prazo de acordo com o cronograma de gastos do projeto.
- (b) Instituído pela Lei nº 12.715/2012, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) é um programa implantado pelo Ministério da Saúde para incentivar ações e serviços desenvolvidos por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos no campo da oncologia e da pessoa com deficiência.
- O IOS teve a aprovação do projeto “Visão Profissional”, publicado no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2015, através da Portaria 1.035, de 09 de dezembro de 2015. O objetivo do projeto é possibilitar as adaptações necessárias para oferecer o Programa IOS de Capacitação para Pessoas Cegas, com foco em administração e tecnologia da informação, a fim de facilitar o ingresso e reingresso deste público no mercado de trabalho.
- (c) Termo de convênio firmado em 29 de novembro de 2016 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, para execução do projeto Inovação Pedagógica e Franquia Social com recursos do Fundo Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O período de execução será de 12 (seis) meses.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

- (d) O projeto “Inclusão Produtiva de Pessoas com Deficiência”, também aprovado pelo PRONAS, através da Portaria 1.035 de 09 de dezembro de 2015, visa oferecer o Programa IOS de Capacitação para pessoas com deficiência, com foco em administração e tecnologia da informação, a fim de facilitar o ingresso e reingresso deste público no mercado de trabalho e promover o relacionamento dos alunos com empresas privadas, atuando como facilitador para a conquista de uma oportunidade de emprego. A liberação do recurso ocorreu em 19 de agosto de 2016, momento em que ocorreu o início da execução do projeto.
- (e) Termo de convênio firmado em 10 de agosto de 2016 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, para execução do projeto Capacitação Profissional Para Estudantes e Pessoas com Deficiência na Área da Tecnologia de Informática, om recursos do Fundo Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O período de execução será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato, (processo 443/2016).
- (f) Termo de convênio firmado em 06 de dezembro de 2016, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto “IOS Renovação Pedagógica e Franquia Social”. O convênio vigorará pelo período de doze meses, a partir de 16 de dezembro de 2016.
- (g) Termo de convênio firmado em 26 de novembro de 2015, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto “Inclusão Produtiva de Jovens e Pessoas com Deficiência em Áreas Urbanas”. O convênio vigorará pelo período de vinte e quatro meses, a partir de 01 de dezembro de 2015.
- (h) Pronac 157524 aprovado pelo Ministério da Cultura em 09 de dezembro de 2015, refere-se ao Projeto “Intervenções em primeira pessoa: Um Estudo Etnográfico Sobre Resgates de Cidadania”.

O projeto tem como objetivo principal registrar através de um documentário, o estudo etnográfico a partir de histórias de pessoas que participaram de um processo cultural de transformação realizando um compartilhamento de experiências de vida de jovens e de pessoas com deficiência com a sociedade, retratando, por meio de técnicas que apresentem o olhar dos entrevistados, suas rotinas, diárias e suas histórias de transformação. Não houve movimentação no projeto no exercício de 2016.
- (i) Termo de convênio firmado em 10 de agosto de 2016 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, para execução do projeto Um Ponto de Virada: Um Estudo Etnográfico com recursos do Fundo Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente. O período de execução será de 06 (seis) meses a partir da data de assinatura do contrato, (processo 400/2016).
- (j) Recurso recebido do HSBC Solidariedade, no exercício de 2015, para aplicação no Projeto “Inclusão Produtiva de Jovens e Pessoas com Deficiências em Áreas Urbanas” e Projeto “Unidade IOS Barueri”. O projeto foi concluído durante o exercício de 2016.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

- (k) Termo de parceria firmado em 23 de abril de 2015, com o Estado de São Paulo, por intermédio do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID, para execução do projeto “Português e Gestão Administrativa para Surdo”. O termo de parceria foi concluído durante o exercício de 2016.
- (l) Termo de convênio firmado em 25 de setembro de 2015, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto “Capacitação e Promoção do Primeiro Emprego para Jovens das Comunidades da Zona Sul de São Paulo”. O termo de convênio foi concluído durante o exercício de 2016.
- (m) Termo de convênio firmado em 26 de novembro de 2015, com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, para execução do projeto “Empreendedorismo e Tecnologia para Jovens da Zona Oeste”. O termo de convênio foi concluído durante o exercício de 2016.

13 Provisão para contingências

A Administração do Instituto, respaldada pela representação de seus assessores jurídicos não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou tributárias, bem como de outras naturezas, que requeiram a constituição de provisão para futura perda ou divulgação nas demonstrações financeiras.

14 Aspectos fiscais

- (a) Imunidade tributária: O Instituto enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. A imunidade tributária refere-se apenas a impostos, não alcançando as taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios.
- (b) CSLL: O Instituto não efetuou qualquer provisionamento quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pois a Administração e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits do Instituto, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.
- (c) Com relação aos demais tributos incidentes, destacamos o Programa de Integração Social (PIS) e da Quota Patronal do INSS, ambos incidentes sobre a folha de pagamento e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidente sobre a receita de prestação de serviços.

15 Patrimônio Líquido

O Patrimônio social acumula superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são empregados integralmente nos objetivos sociais, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.

O resultado do exercício é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Em caso de dissolução o patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

16 Receitas de convênios e parcerias públicas

	2016	2015
CONDECA	856.523,40	-
FUMCAD	699.369,65	303.859,89
PRONAS	274.551,97	-
FID	12.014,19	116.661,04
	<u>1.842.459,21</u>	<u>420.520,93</u>

A receita de convênios é reconhecida quando da sua realização. Os valores ainda não realizados encontram-se registrados no passivo. A descrição dos convênios está sendo apresentada na Nota Explicativa 12.

17 Receitas de convênios e parcerias privadas

	2016	2015
HSBC	1.276.702,67	-
JPMorgan Chase Foundation	31.279,67	-
	<u>1.307.982,34</u>	<u>-</u>

A receita de convênios é reconhecida quando da sua realização. Os valores ainda não realizados encontram-se registrados no passivo. A descrição dos convênios está sendo apresentada na Nota Explicativa 12.

18 Despesas com pessoal

	2016	2015
Salários	(2.885.550,84)	(2.526.680,10)
Encargos sociais	(1.107.585,25)	(999.727,28)
Benefícios	(1.110.545,60)	(926.249,43)
Provisões de férias, 13º salário e encargos	(840.522,04)	(788.298,79)
Estagiários /aprendizes	(56.192,92)	(63.185,17)
Outras remunerações	(35.346,67)	(52.928,73)
Despesas com pessoal apropriadas nos projetos (nota 21)	2.100.348,19	191.119,81
	<u>(3.935.395,13)</u>	<u>(5.165.949,69)</u>

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

19 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Serviços profissionais de terceiros P.J.	(918.909,87)	(820.992,09)
Depreciação / amortização	(344.593,97)	(303.122,26)
Eventos e propagandas	(266.635,82)	(214.130,10)
Materiais de consumo	(301.792,24)	(208.405,93)
Despesas com ocupação de imóveis	(236.820,77)	(193.862,95)
Serviços profissionais de terceiros P.F.	(81.870,86)	(148.655,74)
Doações a projetos parceiros	(103.334,70)	(129.790,00)
Utilidades e serviços	(125.070,62)	(93.276,79)
Viagens	(80.310,20)	(39.456,76)
Seguros	(19.893,40)	(16.594,56)
Outras despesas administrativas	(172.956,80)	(132.800,46)
Desp. administrativas apropriadas nos projetos (nota 21)	796.215,28	168.995,65
	<u>(1.855.973,97)</u>	<u>(2.132.091,99)</u>

20 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários de sua diretoria estatutária, durante os exercícios de 2016 e 2015.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2016 e 2015, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, no montante de R\$ 93.583,21 (R\$ 26.140,89 em 2015), sem efeito no resultado do exercício.

21 Despesas com programas e projetos conveniados

	2016	2015
HSBC	(1.255.751,74)	-
CONDECA	(636.763,55)	-
FUMCAD	(692.722,34)	(243.454,42)
PRONAS	(268.031,98)	-
JPMorgan Chase Foundation	(31.279,67)	-
FID	(12.014,19)	(116.661,04)
	<u>(2.896.563,47)</u>	<u>(360.115,46)</u>

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

22 Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Receita de prestação de serviços	363.460,00	362.375,50
(-) Impostos	(18.173,00)	(18.118,79)
	<u>345.287,00</u>	<u>344.256,71</u>

Refere-se a cobrança efetuada às empresas parceiras (Pessoa Jurídica) pela capacitação e cursos ministrados aos aprendizes.

Destaca-se que os treinamentos ministrados aos aprendizes, pelo Instituto, são custeados integralmente pelas empresas parceiras (Pessoa Jurídica) não recaindo nenhum ônus aos usuários que participam dos programas, que são feitos de modo inteiramente gratuito.

23 Receitas de doações e contribuições

	2016	2015
Doações de pessoas jurídicas	5.523.262,78	6.561.093,93
Doações de cooperadores diversos	84.634,17	85.213,91
Doações de pessoas físicas	400,00	-
Doações em gêneros	-	60.298,04
Créditos de nota fiscal paulista	6.215,25	11.247,97
	<u>5.614.512,20</u>	<u>6.717.853,85</u>

24 Partes relacionadas

O IOS não efetuou nenhuma transação ou contratou serviços de partes relacionadas.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores do Instituto, bem como seus conselheiros, instituidores ou benfeitores não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Instituto da Oportunidade Social - IOS

C.N.P.J. 02.449.283/0001-89

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

25 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

26 Eventos subsequentes

Em 17 de novembro de 2016, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel situado à Av. General Ataliba Leonel, 245 – Santana- São Paulo – SP, para onde foi transferida sua sede administrativa, bem como todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

A reforma do imóvel teve início em abril de 2017 e até a data de aprovação dessas demonstrações o custo despendido foi de R\$ 958.081,39.



Sergio Pauperio Sérgio Filho
Diretor Presidente
C.P.F. 304.959.398-97



Flavia Roberta Mendes
CRC 1SP 221432/O-7
Monello Contadores
CRC 2SP 014827/O-0